

Comissão de Educação e Cultura

Resumo da Audiência Pública de 26 de junho de 2023

Ciclo de Debates sobre o Plano Nacional de Educação

Sexta Audiência Pública do RQ nº 21, de 2023¹

Presidida pelo Senador Flávio Arns

Tema: Discutir o novo PNE segundo os trabalhadores da educação e os estudantes.

Sra. Jade Beatriz, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ Precisamos de um Plano Nacional de Educação (PNE) que dialogue com os problemas da educação brasileira, que faça sentido e que seja cumprido;
- ✓ O maior desafio atualmente é a educação básica. É preciso falar sobre a estrutura escolar, que hoje está tão defasada e precisa melhorar, sobre o piso salarial dos professores, que precisa ser ampliado;
- ✓ A educação básica precisa oferecer condições e por isso é preciso debater o financiamento;
- ✓ A escola pública precisa ser um instrumento de combate à desigualdade social;
- ✓ Hoje é um desafio falar sobre o modelo de escola de tempo integral. Ele é muito importante, mas existe a necessidade de permanência, que é dificultada pela necessidade de trabalhar para muitos alunos;
- ✓ A conectividade deve ir além da sala de aula, pois ela é um instrumento de democratização da educação.

Principais encaminhamentos sugeridos pela convidada:

- ✓ Para garantir a permanência na escola de tempo integral, sugere-se a criação de bolsa de assistência estudantil.

Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

- ✓ O primeiro PNE (2001/2011) foi muito disputado no Congresso Nacional e sofreu muitas dificuldades no financiamento, inclusive com vetos, não tendo saído do papel;
- ✓ O segundo PNE teve outro modelo de formação: foi amplamente discutido em conferências e houve um processo de efetiva participação no Congresso Nacional, com o Fórum Nacional de Educação (FNE);

¹ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11577&codcol=47>

- ✓ O PNE criou muitas expectativas. A SASE/MEC apoiou os entes federativos para elaborar os planos de educação estaduais e municipais, no que foram bem sucedidos;
- ✓ No entanto, veio a Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 2016, que limitou o financiamento para as políticas de educação. Faltou também coordenação por parte do MEC. Como resultado não foi possível tirar o PNE do papel;
- ✓ Já deveríamos ter o projeto do novo PNE no Congresso Nacional, com a participação da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e do FNE, mas o prazo não foi cumprido e o FNE teve sua participação reduzida, com a retirada de diversas entidades;
- ✓ Os dados de monitoramento apresentados pelo INEP são preocupantes: a meta 15, que trata da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação e envolve todos os profissionais da educação, não foi executada. Também as metas sobre adequação da formação e nível superior dos docentes não foram alcançadas. Na meta 16, que dispõe sobre a pós-graduação e sobre a política de formação continuada para todos os profissionais de educação, apesar de avanços, há muito a fazer: hoje a pós-graduação está muito concentrada na especialização e corremos riscos no que se refere às carreiras, pois os estados estão achatando os seus planos de carreira. A meta 17, que fala de equiparar a média salarial do professor a de outras profissões, com a mesma formação, também não foi alcançada. A meta 18, que trata do piso salarial de carreira para o conjunto dos profissionais da educação, não saiu do papel. É preciso chamar atenção que a Constituição Federal fala em piso para o conjunto dos profissionais da educação, e isso não vem sendo cumprido;
- ✓ Há estados no Brasil com excesso de contratações temporárias, inclusive com contratação por meio de indicação política, em descumprimento da legislação que prioriza o concurso público;
- ✓ Com o programa Profucionário houve uma alternativa para a profissionalização dos trabalhadores da educação. No caso dos professores, havia o Parfor.

Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Nesta audiência, o Senador Flávio Arns lembrou os problemas que a pandemia causou para a educação brasileira, chamando a atenção para os resultados da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia (CECTCOVID), que apresentou diversas recomendações sobre políticas educacionais ao Ministério da Educação, ao Congresso Nacional, bem como a órgãos de controle. O relatório da Subcomissão pode ser encontrado no seguinte endereço: https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=47&_gl=1*1wbgesp*_ga*MTI0MjMwMDY2Ni4xNjg0NDA2NTc3*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4ODM5MTM3NC4xNTUuMS4xNjg4MzkxNzcwLjAuMC4w